

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Nathaly Maria dos Santos¹
Maria do Carmo da Silva²

RESUMO

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil é um processo que tem gerado debates e reflexões significativas no campo da educação. Para o ensino de História, essa implementação apresenta desafios específicos devido à natureza complexa da disciplina e à diversidade cultural e histórica do país. Neste contexto, é crucial compreender os desafios e oportunidades associados à implementação da BNCC no ensino de História, visando garantir uma educação de qualidade que promova o pensamento crítico e a formação cidadã dos estudantes. Frente ao exposto, estudo tem como objetivo investigar os desafios específicos associados à implementação da BNCC no ensino de História no contexto da rede pública estadual de Pernambuco. Para tanto, realizou-se um estudo qualitativo, a partir de pesquisa bibliográfica, documental e observação direta participante. A partir dos confrontos entre a análise da literatura, dos relatórios de gestão da rede estadual de ensino e da observação participante, pôde-se concluir que os professores de História enfrentam uma série de desafios na implementação da BNCC, incluindo a necessidade de adaptação curricular, a falta de recursos didáticos adequados e a resistência dos alunos a novas abordagens pedagógicas. Ademais, identificou-se ainda uma necessidade de investimentos em programas de formação

1 Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE), graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco e Especialista em Gestão da Educação em espaço escolar e não escolar (FAFIRE). E-mail: nathaly.historia@gmail.com

2 Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: mariadocarmo.silva@upe.br

continuada e de espaços para compartilhamento de experiências – essencialmente, que se voltem a promover as Comunidades de Práticas (CoP) entre os colegas de trabalho – visando a discussão conjunta dos desafios e soluções para o contexto do ensino alinhado à BNCC.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Ensino de História, Formação de Professores, Rede Pública de Ensino.

INTRODUÇÃO

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil tem provocado discussões profundas e análises críticas no campo educacional, especialmente no que diz respeito ao ensino de História. A BNCC, ao padronizar os conteúdos mínimos a serem ensinados nas escolas de todo o país, busca assegurar uma educação de qualidade e equitativa. Contudo, a natureza intrínseca da disciplina de História, que abrange uma vasta e diversa herança cultural e histórica, torna sua implementação particularmente desafiadora. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender os obstáculos e as oportunidades que surgem com a adoção da BNCC no ensino de História, especialmente em contextos regionais específicos, como o da rede pública estadual de Pernambuco.

O ensino de História desempenha um papel fundamental na formação crítica e cidadã dos estudantes, capacitando-os a compreender o passado e suas influências no presente, bem como a valorizar a diversidade cultural e histórica de sua sociedade. A BNCC, ao propor diretrizes nacionais, deve ser capaz de contemplar essa diversidade, respeitando as especificidades regionais e culturais de um país continental como o Brasil. Contudo, essa tarefa não é simples, e a implementação da BNCC enfrenta desafios significativos, que vão desde a adequação dos conteúdos à realidade local até a capacitação de professores para trabalharem de acordo com as novas diretrizes.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar os desafios específicos associados à implementação da BNCC no ensino de História na rede pública estadual de Pernambuco. Essa investigação é particularmente relevante, dado o papel central que a História ocupa na formação dos estudantes, sendo crucial para o desenvolvimento de suas habilidades críticas e para a construção de uma cidadania ativa e informada. A análise dos desafios enfrentados nesse processo pode fornecer insights valiosos para a melhoria das práticas pedagógicas e para a adequação das diretrizes da BNCC às realidades locais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como a BNCC está sendo implementada no contexto específico das escolas públicas estaduais de Pernambuco, um estado com uma rica e complexa história que inclui episódios significativos como a Revolução Pernambucana e o movimento abolicionista. Essas particularidades históricas devem ser adequadamente refletidas no currículo escolar, de modo a promover uma educação que seja ao mesmo tempo crítica e contextualizada.

Além disso, a investigação sobre os desafios da implementação da BNCC no ensino de História pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que potencializem o ensino dessa disciplina, valorizando a história local e regional e promovendo uma educação mais significativa para os estudantes. A formação continuada dos professores e a disponibilização de recursos didáticos adequados são aspectos cruciais que precisam ser considerados para a efetiva implementação das diretrizes curriculares propostas pela BNCC.

A justificativa para este trabalho está na urgência de garantir que a implementação da BNCC não comprometa a qualidade do ensino de História, mas sim, que possa enriquecê-lo, tornando-o mais alinhado às necessidades e realidades dos estudantes pernambucanos. Ao identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas estaduais de Pernambuco, este estudo poderá fornecer recomendações práticas para superar essas dificuldades, contribuindo para a melhoria contínua da educação histórica.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e observação direta participante (MARCONI; LAKATOS, 2023). A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender em profundidade os desafios e oportunidades da implementação da BNCC no ensino de História, particularmente no contexto da rede pública estadual de Pernambuco. A pesquisa bibliográfica incluiu a revisão de artigos científicos, livros e documentos sobre a BNCC e o ensino de História, fornecendo a base teórica necessária para a análise.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa documental foi realizada a partir de relatórios de gestão da rede estadual de ensino de Pernambuco. Esses documentos forneceram informações contextuais e operacionais sobre a implementação da BNCC nas escolas públicas, permitindo um entendimento mais abrangente dos desafios enfrentados. A análise dos relatórios foi essencial para identificar padrões e práticas que influenciam a adoção das diretrizes curriculares no ensino de História.

A observação direta participante foi conduzida pelas autoras em uma escola da rede estadual de Pernambuco. Durante o período do estudo, as autoras registraram detalhadamente as vivências e interações com os demais professores, anotando as percepções e experiências relacionadas à implemen-

tação da BNCC. Esses registros foram transcritos e sistematizados, possibilitando uma análise detalhada das práticas pedagógicas observadas e das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. De modo a garantir a confidencialidade dos indivíduos envolvidos no estudo, as menções a cada um foram suprimidas na apresentação dos dados, como forma de preservar a identidade, evocando-os apenas como “docente”.

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC, ATUAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A estrutura da BNCC na educação básica se inicia pela apresentação das competências gerais, definidas como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Ao definir essas competências, o texto da BNCC apresenta a proposta nacional como um documento revestido de valores e ações capazes de transformar a sociedade, “tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”, em consonância com documentos globais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Vê-se, contudo, uma discrepância entre tal definição e o conteúdo da base em si, considerando, para tal análise, os conteúdos que foram excluídos ou aqueles que sequer figuraram nas propostas da base nacional.

Na visão daqueles que formularam a base, o documento é capaz de permitir que os estudantes tenham base para construir hipóteses e argumentos, de modo a atuar no mundo, recorrendo ao amparo de conceitos e fundamentos da área. Todavia, apenas no Ensino Médio é que os conteúdos de Filosofia e Sociologia são contemplados, por exemplo. Tais áreas do conhecimento são fundamentais para a construção da argumentação e do raciocínio, bem como do processo analítico e interpretativo, tão caros à BNCC, em sua totalidade e, principalmente, para a área de História. Igualmente, ter uma visão crítica e contextualizada da realidade exige que diversas situações e contextos estejam postos, o que não é o caso da base, conforme já discutido.

A partir do formato desenhado, cada área do conhecimento possui competências específicas que, por sua vez, devem ser relacionadas a um conjunto

de habilidades, correspondentes às aprendizagens fundamentais a todos os alunos. No caso do Ensino Médio, os componentes considerados obrigatórios são Língua Portuguesa e Matemática e, por isso, devem ser trabalhadas habilidades específicas dessas disciplinas.

Nesse caso, História, Geografia, Filosofia e Sociologia estão como disciplinas agregadas. Além disso, a BNCC fala da flexibilização da organização curricular desta etapa, por meio dos itinerários formativos previstos na legislação brasileira. Esses itinerários formativos ainda são desconhecidos pela maioria dos professores, porém já estão vigorando nas escolas.

Para esse aspecto, há um ponto delicado: torna-se cada vez mais difícil identificar o professor da disciplina de sua formação. Com a nova estrutura proposta, os professores são classificados por área de conhecimento. Ou seja: o professor que fez graduação em História não será mais professor de História, mas de ciências humanas e sociais aplicadas. Essa área, portanto, é formada por professores de Geografia, História, Filosofia, Sociologia, bem como de disciplinas eletivas e transversais, como Empreendedorismo e Projeto de Vida, Educação Socioemocional, Investigação Científica e Estudo Orientado.

A realidade já era frágil e, com a nova proposta, se tornou mais difícil. Além dos problemas e críticas que permearam a elaboração da Base Nacional, como já mencionado, outro problema consiste na aplicação e na prática diária da BNCC no contexto escolar. Não houve um preparo dos docentes ou divulgação prévia das premissas que respaldavam o documento: a BNCC entrou em vigor e o ambiente da escola ficou envolto em desencontro de informações, estranhamento, angústia, medo e, principalmente, trabalho desarticulado. As formações continuadas – as quais deveriam acontecer antes – estão ocorrendo em paralelo.

Especialmente para a disciplina de História, além da ênfase na apresentação cronológica, os professores passaram a ter menos espaço na grade curricular, tendo em vista a Lei 13.415/17, que versa sobre a Reforma do Ensino Médio, a qual pode ser definida como a materialização da BNCC.

O professor, ao se deparar com este contexto, comumente se pergunta “como garantir um ensino de história de qualidade dentro desse novo formato?” Tal questionamento deve ser levado em consideração, pois, além de todos os problemas levantados anteriormente, o componente curricular de História possui muitos conteúdos para serem percorridos num espaço curto de tempo. No

que se refere à BNCC, duas competências gerais dialogam com a disciplina de história, quais sejam: conhecimento e repertório cultural³.

É pertinente ressaltar que as competências – no âmbito da base nacional proposta – se aproximam do que é retratado na pedagogia das competências (RAMOS, 2001), com o indivíduo sendo subjugado a um modelo que confere pouca atenção às dimensões social e histórica (SAVIANI, 2008, p. 437). Para a BNCC, contudo, a competência é entendida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 08).

Além das duas competências gerais que dialogam com a disciplina de história anteriormente citadas, a BNCC traz em seu escopo outras oito competências gerais, que são: pensamento científico, crítico e criativo, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. Estas são dadas dentro de uma perspectiva hegemônica, que conduzem as escolas brasileiras. A partir dos moldes que estão sendo colocados, o docente deve trabalhar a parte diversificada da matriz curricular, seção do documento destinada à cada rede de ensino, para que possa acrescentar habilidades e objetivos de aprendizagem que representem a realidade local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica, documental e observação direta participante, foram identificados diversos obstáculos enfrentados pelos professores, descritos nas subseções seguintes.

3 A competência geral de conhecimento é definida como a aptidão para “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Por sua vez, a competência geral de repertório cultural corresponde a valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. (BRASIL, 2017, p. 9).

ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A necessidade de adaptação curricular emergiu como um dos principais desafios vislumbrados na implementação da BNCC na escola investigada. Durante as observações, ficou claro que muitos professores enfrentam dificuldades significativas em alinhar os conteúdos tradicionais com as novas diretrizes estabelecidas pela BNCC. Esse processo de adaptação curricular é particularmente complexo devido à falta de diretrizes específicas e materiais de apoio adequados.

Os professores frequentemente se sentem sobrecarregados pela necessidade de reestruturar suas aulas sem um suporte adequado. A ausência de um guia claro e de recursos didáticos específicos para a BNCC faz com que os docentes tenham que improvisar e criar seus próprios materiais, muitas vezes sem a certeza de que estão alinhados corretamente com as novas exigências. Essa situação gera um sentimento de insegurança e frustração, já que a qualidade do ensino pode ser comprometida pela falta de orientação precisa.

Além disso, a diversidade de contextos escolares agrava ainda mais o cenário. Cada escola possui suas particularidades, desde infraestrutura até a composição do corpo discente, o que requer soluções personalizadas para cada realidade. Os professores precisam adaptar os conteúdos e as metodologias de ensino de acordo com as especificidades de suas turmas, o que demanda um esforço adicional significativo. Em escolas com recursos limitados ou em áreas mais vulneráveis, esses desafios são ainda mais pronunciados, pois a falta de apoio institucional e de recursos financeiros torna a implementação das diretrizes da BNCC um processo ainda mais árduo.

Durante uma das observações, uma das docentes compartilhou sua experiência com a adaptação curricular. Ela mencionou que, apesar de seu entusiasmo inicial com as novas diretrizes, rapidamente se deparou com a realidade da falta de materiais adequados. A docente revelou ainda que passou várias noites desenvolvendo planos de aula e recursos didáticos, tentando alinhar seu ensino às competências e habilidades exigidas pela BNCC. No entanto, sem um guia claro ou suporte adequado, muitas vezes se sentia perdida e incerta sobre a eficácia de suas estratégias.

Outra docente destacou os desafios enfrentados na adaptação curricular, especialmente em relação à diversidade de contextos escolares. Ele leciona em uma escola que atende a uma comunidade com altos índices de vulnerabilidade

social, onde os alunos frequentemente enfrentam desafios fora do ambiente escolar que impactam seu desempenho acadêmico. A profissional explicou ainda que a implementação da BNCC em sua escola requer uma abordagem sensível e adaptada às necessidades específicas de seus alunos, o que demanda tempo e recursos que muitas vezes não estão disponíveis.

FALTA DE RECURSOS DIDÁTICOS

A escassez de recursos didáticos adequados também foi destacada pelos docentes como um grande obstáculo. A pesquisa revelou que as limitações orçamentárias das escolas públicas impedem a aquisição, com celeridade, de novos materiais pedagógicos que atendam às demandas da BNCC. Esse problema foi corroborado pelas observações diretas, onde se notou que muitos professores recorrem à adaptação de materiais antigos ou à criação de recursos próprios para suprir as necessidades de suas aulas.

A revisão bibliográfica apontou que essa situação não é exclusiva de Pernambuco, mas é uma realidade comum em muitas regiões do Brasil. A falta de investimentos contínuos em recursos didáticos compromete a qualidade do ensino e dificulta a implementação eficaz das novas diretrizes curriculares (FERREIRA; CARVALHO, 2024).

Nesse sentido, Roggero e Silva (2020, p. 576) relatam que as escolas públicas do Brasil enfrentam um problema sistemático, com compras, planejamento e gestão dos recursos para aquisição de material pedagógico para suporte às aulas. As autoras descrevem que há falhas em relação ao planejamento, utilização e controle de gastos, “o que permite constatar a frágil preparação dos gestores para lidar com os processos e trâmites necessários”. Com isso, torna-se um cenário comum nas escolas brasileiras as dificuldades na aplicação dos recursos, e os erros na “análise da relação entre os tempos da distribuição, chegada dos recursos e os tempos escolares com seus Projetos Político-Pedagógicos, bem como pela falta de discussão e implementação dos padrões mínimos de qualidade” (ROGGERO; SILVA, 2020, p. 576).

RESISTÊNCIA DOS ALUNOS

A resistência dos alunos às novas abordagens pedagógicas propostas pela BNCC é outro desafio significativo. Durante as observações participantes, as

autoras perceberam que alguns alunos demonstram uma preferência por métodos de ensino tradicionais, apresentando resistência às metodologias ativas e centradas no desenvolvimento de competências e habilidades.

Essa resistência pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a falta de familiaridade com os novos métodos e a ausência de uma transição gradual. Além disso, a formação inicial dos alunos em métodos tradicionais dificulta a aceitação e a adaptação às novas abordagens pedagógicas. Para mitigar esse problema, é crucial que os professores recebam apoio contínuo e que os alunos sejam gradualmente introduzidos às novas metodologias, com explicações claras sobre os benefícios das mudanças propostas.

Além da resistência aos métodos ou metodologias ativas, os alunos frequentemente questionam os conteúdos abordados em sala de aula, especialmente aqueles presentes nas trilhas de aprendizagem com temas transversais. Essa resistência e questionamento não são apenas reações às mudanças pedagógicas propostas pela BNCC, mas também refletem uma preocupação mais profunda com a qualidade e relevância do ensino oferecido nas escolas públicas em comparação com as escolas particulares.

Os temas transversais, que incluem questões como cidadania, meio ambiente, direitos humanos, diversidade cultural, entre outros, são essenciais para a formação integral dos estudantes. No entanto, muitos alunos da rede pública sentem que esses temas, apesar de sua importância, (a) são tratados de maneira superficial ou inconsistente, em comparação com a abordagem mais robusta e contextualizada observada em escolas particulares; (b) “roubam” espaço e tempo que poderia ser destinado a um ensino mais conteudista. Essa percepção gera uma sensação de desigualdade e frustração entre os alunos, que se sentem em desvantagem em termos de competitividade acadêmica e preparação para o futuro.

Durante as observações diretas e interações com os alunos, ficou evidente que muitos deles comparam os temas abordados em suas escolas com os que sabem ser ensinados em instituições particulares. Esses alunos frequentemente mencionam que colegas que estudam em escolas particulares têm acesso a uma educação mais completa e variada, onde os temas transversais são explorados de maneira mais aprofundada e com recursos didáticos mais ricos e atualizados. Essa comparação gera um sentimento de desprivilégio, levando os alunos a questionarem a equidade e a qualidade do ensino que recebem.

NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A necessidade de formação continuada para os professores foi uma constatação recorrente a partir da observação direta. Durante as visitas às escolas e participação em reuniões pedagógicas, tornou-se evidente que muitos docentes se sentem despreparados para implementar as diretrizes da BNCC de maneira eficaz. Esse sentimento de insegurança e inadequação é particularmente pronunciado quando os professores discutem as mudanças significativas propostas pela nova base curricular.

A formação inicial, em muitos casos, não é suficiente para abarcar a complexidade e a amplitude das novas diretrizes da BNCC. A implementação da BNCC exige não apenas um entendimento teórico das novas diretrizes, mas também a capacidade de aplicá-las de forma prática e contextualizada em sala de aula. No entanto, muitos professores relataram que a formação inicial que receberam não abordou de forma adequada as novas exigências e mudanças metodológicas impostas pela BNCC.

Durante as reuniões pedagógicas, diversos professores expressaram suas dificuldades em adaptar-se às novas demandas curriculares. Por exemplo, uma das docentes mencionou que, embora tenha participado de cursos e *workshops* introdutórios sobre a BNCC, esses eventos foram mais focados em teoria do que em prática. Ela destacou que, na prática cotidiana da sala de aula, enfrenta desafios concretos para desenvolver atividades que realmente integrem as competências e habilidades previstas pela BNCC. Essa lacuna entre a teoria e a prática é uma barreira significativa para a implementação eficaz das novas diretrizes.

Além disso, a formação continuada é crucial para que os professores possam atualizar-se continuamente e adaptar-se às mudanças constantes no campo educacional. A BNCC não é estática; ela exige uma abordagem dinâmica e evolutiva, que só pode ser sustentada por um compromisso contínuo com a formação e o desenvolvimento profissional. Os professores precisam de oportunidades regulares para aprofundar seus conhecimentos, trocar experiências com colegas e desenvolver novas competências pedagógicas.

Sobre este aspecto, por fim, durante as observações diretas, também foi notável a frustração dos professores com a falta de apoio institucional. Muitos docentes relataram que, apesar das exigências da BNCC, não recebem suporte adequado da gestão educacional.

COMUNIDADES DE PRÁTICA (COP)

Os resultados do estudo destacam de maneira contundente a importância das interações colaborativas entre professores como um meio eficaz de enfrentamento dos desafios na implementação da BNCC. No contexto da escola observada, surgiram práticas que remetem às noções de uma Comunidade de Prática (CoP), ainda que inicialmente não fossem reconhecidas como tal pelos próprios participantes.

As CoP são grupos de pessoas que compartilham um interesse ou preocupação comum e se reúnem regularmente para aprender como fazer isso melhor através da interação mútua (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002). No contexto educacional, as CoP podem ser particularmente eficazes na promoção de um ensino colaborativo e na superação dos desafios da implementação de novas diretrizes curriculares, como a BNCC.

Especialmente nos núcleos de área e turnos com maior interação entre os docentes, foi possível identificar algumas características fundamentais que remetem ao conceito de CoP. Essas práticas incluem:

1. **Reuniões Regulares e Colaborativas:** Professores de determinadas disciplinas ou séries/anos se reúnem regularmente para discutir suas práticas pedagógicas, compartilhar recursos e estratégias, e planejar atividades conjuntas. Essas reuniões, embora inicialmente informais, têm se tornado um espaço essencial para a troca de experiências e a busca de soluções coletivas.
2. **Compartilhamento de Experiências:** Durante as interações, os professores discutem abertamente os desafios que enfrentam na sala de aula e as estratégias que têm sido eficazes. Essa troca de conhecimento permite que os docentes aprendam uns com os outros, desenvolvendo práticas pedagógicas mais inovadoras e adaptadas às necessidades dos alunos.
3. **Apoio Mútuo:** Os professores demonstram um forte senso de comunidade e apoio mútuo. Eles se encorajam e se ajudam, tanto em questões profissionais quanto pessoais, criando um ambiente de solidariedade que contribui para a resiliência e motivação do grupo.
4. **Desenvolvimento Contínuo:** As interações regulares oferecem oportunidades para o desenvolvimento profissional contínuo. Os professores

discutem novas pesquisas, metodologias e práticas educacionais, mantendo-se atualizados e aprimorando continuamente suas competências pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou os desafios específicos associados à implementação da BNCC no ensino de História no contexto da rede pública estadual de Pernambuco. A partir da análise qualitativa, emergiram questões centrais como a necessidade de adaptação curricular, a formação continuada dos docentes e a resistência dos alunos a novas abordagens pedagógicas.

Os resultados revelaram que muitos professores se sentem despreparados para aplicar as diretrizes da BNCC de forma eficaz, apontando para a insuficiência da formação inicial e a necessidade urgente de programas de formação continuada. A observação direta nas reuniões pedagógicas e interações com os docentes mostrou que a falta de diretrizes específicas e materiais de apoio torna o processo de adaptação curricular mais complexo, especialmente diante da diversidade de contextos escolares.

A investigação também destacou a importância das Comunidades de Prática (CoP) como uma estratégia eficaz para enfrentar esses desafios. Nos núcleos de área e turnos onde há maior interação e colaboração entre os professores, os obstáculos são superados de maneira mais eficaz. As CoP promovem um ambiente de apoio mútuo, onde os docentes podem compartilhar experiências, discutir problemas comuns e desenvolver soluções coletivas, fortalecendo o senso de comunidade e promovendo o desenvolvimento profissional contínuo.

Em conclusão, a implementação eficaz da BNCC no ensino de História na rede pública estadual de Pernambuco exige um esforço coordenado para proporcionar formação continuada aos professores, promover a colaboração entre os docentes e garantir recursos didáticos adequados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução no 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao**

longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base.** Brasília: MEC, 2018. 600p.

FERREIRA, S. M. L.; CARVALHO, C. H. A. de. Financiamento dos programas universais do governo federal à educação básica (2003-2023). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 17, n. 51, p. 651–673, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10967312.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

ROGGERO, R.; SILVA, A. Z. A descentralização de recursos no financiamento da Educação Básica. **Dialogia**, n. 36, p. 568-580, set./dez, 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

WENGER, E.; McDEMORTT, R.; SNYDER, W. **Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge.** Boston: Harvard Business Press, 2002.